

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
PIS DE JANEIRO CAPITAL-RJ

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA REVITA ENGENHARIA S.A.

525

entre

**REVITA ENGENHARIA S.A.**

*como Emissora*

e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

*como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas*

com a interveniência garantia de

**SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.**

*como Fiadora*

Datado de  
05 de dezembro de 2013



Custas: R\$  
Total 843,13

911565-5ºRTD



(Em 508,66-Fol) 122,40-8ºD - 5,52-Mm 10,85-Ao 0,21-Função 28,84-Função  
R\$ 23,87-Registrado, microfilmado e digitalizado em 18/12/13

*Handwritten signature*

*Handwritten signatures and initials*

**SOLVÍ**  
*Handwritten signature*  
**JURÍDICO**

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE DOCUMENTOS  
Fº 0000

ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO .....	4
CLÁUSULA II REQUISITOS .....	4
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO.....	6
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES .....	10
CLÁUSULA V AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AMORTIZAÇÃO FACULTATIVA PARCIAL .....	17
CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO .....	19
CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA.....	26
CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO .....	29
CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....	38
CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA .....	40
CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS.....	45

h

h

h

SOLVI  
JURÍDICO

h

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA REVITA ENGENHARIA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

**REVITA ENGENHARIA S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Clodomiro Amazonas, nº 249, 2º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 08.623.970/0001-55, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia");

e, de outro lado,

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos Debenturistas (conforme abaixo definido);

e, na qualidade de interveniente garantidora,

**SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra, nº 967, 10º andar, conjuntos 101 e 102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.886.838/0001-50, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Garantidora"),

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora doravante denominados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Revita Engenharia S.A." ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

3  
SOLVÍ  
JURÍDICO

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE DOCUMENTOS  
PIOTTA LUIZ CARVALHO

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 05 de dezembro de 2013 ("AGE da Emissão"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. A Garantia Fidejussória (conforme abaixo definido) foi aprovada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Garantidora realizada em 05 de dezembro de 2013 ("AGE da Garantidora").

## CLÁUSULA II REQUISITOS

A Emissão para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente) será realizada com observância aos seguintes requisitos:

### 2.1. Dispensa de Registro na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. Por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor.

### 2.2. Arquivamento na Junta Comercial e Publicações dos Atos Societários

2.2.1. A ata da AGE da Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("Junta Comercial") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "O Dia", nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

  
  
  
  
4

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
RIO DE JANEIRO - RJ

2.2.2. A ata da AGE da Garantidora será arquivada na Junta Comercial e publicada no DOESP e no jornal "Diário do Comércio", nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.3. Inscrição da Escritura na Junta Comercial

2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na Junta Comercial, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. As vias originais desta Escritura e de seus eventuais aditamentos devidamente arquivados na Junta Comercial deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo arquivamento.

### 2.4. Registro para Distribuição Primária e Negociação Secundária

2.4.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### 2.5. Registro da Garantia Fidejussória

2.5.1. Em virtude da Garantia Fidejussória a ser prestada pela Garantidora em benefício dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), conforme previsto na Cláusula 3.8 abaixo, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Emissora, às suas expensas, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Cartórios de RTD"), nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da obtenção do registro na Junta Comercial. No prazo até 5 (cinco) Dias Úteis contados do referido registro, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura ou do respectivo aditamento, conforme aplicável, devidamente registrado nos Cartórios de RTD.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]* 5  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
SOLVI  
JURÍDICO  
2

16 DEZ 13 911565

RECEBIMOS DO TITULO CANCELADO  
PROT. JARVIS, PATRICIA - RJ

### CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

#### 3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora, seu objeto social compreende: (i) saneamento ambiental, prestação de serviços de operação de água potável, incluindo suas instalações e processos de captação, adução, tratamento, armazenamento e distribuição de água potável, bem como sua administração e respectivas obras ou estudos; prestação de serviços de operação de sistema de esgoto, incluindo suas instalações e processos de coleta, tratamento, e disposição de águas servidas, bem como sua administração e respectivas obras ou estudos; prestação de serviços de gestão comercial; e prestação de serviços de controle gerencial da qualidade da água potável ou água servida; (ii) execução e prestação de serviços de limpeza urbana, coleta e transporte de lixo domiciliar, hospitalar, de estabelecimento de saúde, comercial e industrial; (iii) varrição, capinação, lavagem e limpeza de vias e logradouros públicos, privados e de feiras livres; (iv) limpeza de bocas de lobo e galerias de águas pluviais; (v) implantação, operação e execução de aterros sanitários e congêneres; (vi) construção, montagem e operação de usinas de tratamento, reciclagem, incineração, compostagem e trituração de resíduos, em qualquer de suas formas, bem como de usinas para obtenção de fontes alternativas de energia; (vii) construção civil em geral e montagem industrial; (viii) comercialização de produtos e subprodutos obtidos a partir das usinas de destinação final dos resíduos; (ix) estudos, projetos, direção, gerenciamento e fiscalização de obras e serviços relacionados com as atividades sociais; (x) participação no capital de qualquer sociedade brasileira ou estrangeira, no país ou no exterior, através da aquisição e/ou alienação de respectivas ações e/ou quotas no respectivo capital social, figurando, portanto, como sócia, acionista ou quotista; (xi) administração de bens; e (xii) locação de veículos e equipamentos.

#### 3.2. Número da Emissão

3.2.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

#### 3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

#### 3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

#### 3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação, com a intermediação do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do

6  
SOLVI  
JURÍDICO

16 DEZ 13 911565

REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 10.000/2003

sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela colocação das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Primeira Emissão da Revita Engenharia S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Colocação").

3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, o Coordenador Líder e as demais instituições intermediárias que eventualmente venham a participar da Oferta Restrita poderão acessar conjuntamente, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.2.2. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando que efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e atestando estar cientes de que (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

3.5.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.4. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer Investidor Qualificado, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, independentemente da ordem cronológica.

3.5.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

*[Assinatura]*

7  
*[Assinaturas]*  
SOLVI  
JURÍDICO

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE DEBÊNTURES  
RUA DEBÊNTURES - CAPITAL-RJ

3.5.7. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

### 3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

3.6.2. O escriturador mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A. instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

### 3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão integralmente utilizados para o refinanciamento de dívidas de curto prazo e reforço de capital de giro da Companhia.

### 3.8. Garantia Fidejussória

3.8.1. Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações assumidas no âmbito da Emissão, incluindo encargos moratórios devidos pela Emissora nos termos desta Escritura e dos demais documentos da Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura e dos demais documentos da Emissão ("Obrigações Garantidas"), nos termos do artigo 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a Garantidora, em caráter solidário com a Emissora, presta garantia fidejussória em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Garantia Fidejussória"), obrigando-se, por este instrumento e na melhor forma de direito, como devedora e principal pagadora de todos os valores devidos pela Emissora em razão das Obrigações Garantidas, até o pleno e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, nos termos descritos a seguir, independentemente de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Emissora no âmbito da Oferta Restrita.

3.8.2. A Garantidora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, garantidora solidária e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Obrigações Garantidas.

3.8.2.1. As obrigações da Garantidora aqui assumidas permanecerão válidas e eficazes mesmo na ocorrência de atos ou omissões que possam afetar as Obrigações Garantidas, incluindo: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

8

SOLV  
JURÍDICO  
7



16 DEZ 13 911565

REGISTRADO E INCORPORADO  
POTI - FUNDOS CAPITAL-RJ

3.8.3. O pagamento de quaisquer valores devidos e ainda não pagos pela Emissora, relativos às Obrigações Garantidas, será realizado pela Garantidora no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando sobre a respectiva falta de pagamento, observado, inclusive, o disposto na Cláusula 6.6 desta Escritura.

3.8.3.1. O pagamento citado na Cláusula 3.8.3 acima deverá ser realizado pela Garantidora fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.8.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

3.8.4.1. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Garantidora com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.8.5. A Garantidora subrogar-se-á nos direitos de crédito dos Debenturistas contra a Emissora, caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Garantia Fidejussória objeto desta Cláusula 3.8, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada.

3.8.6. A presente Garantia Fidejussória é prestada pela Garantidora em caráter irrevogável e irretratável, e entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.8.7. A Garantidora desde já reconhece que a Garantia Fidejussória é prestada por prazo determinado, encerrando-se este prazo na data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Obrigações Garantidas, não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.

3.8.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.8.9. A presente Garantia Fidejussória poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do valor total da dívida da Emissora representada pelas Obrigações Garantidas.

3.8.10. A Garantidora, desde já, concorda e se obriga a: (i) somente após a integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures, desta Escritura e dos demais documentos da Emissão, exigir e/ou demandar a Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures, desta Escritura e/ou de qualquer dos demais documentos da Emissão; e (ii) desde que diante da existência de valores devidos aos Debenturistas, caso receba qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures, desta Escritura e/ou de qualquer dos documentos da Emissão

SOLVI  
JURÍDICO  
7

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE DOCUMENTOS  
PROVINCIA DE RIO DE JANEIRO

antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures, desta Escritura e/ou de qualquer dos demais documentos da Emissão, repassar, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

#### CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

##### 4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 16 de dezembro de 2013 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Forma e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.3. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.4. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto nesta Escritura, as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de dezembro de 2018 ("Data de Vencimento").

4.1.6. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.7. **Quantidade Total de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 70 (setenta) Debêntures.

##### 4.2. Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures

###### 4.2.1. Atualização Monetária das Debêntures

4.2.1.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

###### 4.2.2. Remuneração das Debêntures

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso), incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI –

16 DEZ 13 911585

REGISTRADO E AUTORIZADO  
PROT. JANEIRO-2014-12-RJ

Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Integralização (conforme abaixo definido) (inclusive) ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), sendo que cada um desses intervalos de tempo sucede o anterior sem solução de continuidade ("Remuneração das Debêntures"). O cálculo da Remuneração das Debêntures obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

$J$  = valor unitário da Remuneração das Debêntures devido ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

$VNe$  = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Juros} = \text{Fator DI} \times \text{Fator Spread}$$

onde:

Fator DI = produtório das Taxas DI em cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

$n$  = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do Fator DI, sendo " $n$ " um número inteiro;

$TDI_k$  = Taxa DI, de ordem " $k$ ", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

16 DEZ 13 911565

RECIBO DE AUTENTICADO  
PROCTIVA PRE-CAPITAL-RJ

onde:

$k = 1, 2, \dots, n;$

$DI_k$  = Taxa DI, de ordem  $k$ , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

$\text{spread} = 2,2500$

$n$  = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

(a) O fator resultante da expressão  $[1 + TDI_k]$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + TDI_k]$  sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

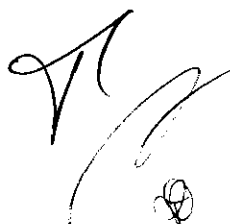
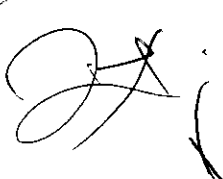

(d) O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

(e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.2.2.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, será utilizado, em sua substituição, para apuração do "TDI<sub>k</sub>", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.3. Na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ou, ainda, na

AP

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE DOCUMENTOS  
FISCAL

hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do fim do prazo de 10 (dez) Dias Úteis mencionado nesta Cláusula 4.2.2.3 ou da data de extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, conforme disposto na Cláusula IX abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva, será utilizado, para o cálculo do valor da Remuneração das Debêntures, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da deliberação da Taxa Substitutiva.

4.2.2.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

4.2.2.5. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.2 abaixo), a Emissora deverá, sob pena de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VI desta Escritura, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Nessa alternativa, será utilizada para a apuração de TDI, o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.2.2.6. Para fins da presente Escritura: (a) a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa (i) com relação a qualquer pagamento realizado por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional; e (b) em qualquer outro caso, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo (sendo que, quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos); e (ii) a expressão "Período de Capitalização" significa o período correspondente ao intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização (inclusive) e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (exclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou o período correspondente ao intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração (inclusive) e termina na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente subsequente (exclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, sendo que cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE TÍTULOS DE DEBÊNTURES  
PÓS-ANEXO CAPITAL-RJ

4.2.2.7. Caso haja acordo entre a Emissora e Debenturistas sobre a Taxa Substitutiva, a Escritura deverá ser aditada no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas que aprovou a referida Taxa Substitutiva para refletir a nova Remuneração das Debêntures.

#### 4.3. Pagamento da Remuneração das Debêntures

4.3.1. Os valores relativos à Remuneração das Debêntures deverão ser pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, em 16 de junho e 16 de dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 16 de junho de 2014, e o último pagamento devido na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

#### 4.4. Amortização

4.4.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente, a partir do 12º (décimo segundo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 16 de dezembro de 2014 e o último pagamento devido na Data de Vencimento, conforme tabela abaixo (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização"):

Amortização	Data da Amortização das Debêntures	Parcela do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado (%)
1ª	16 de dezembro de 2014	11,1100%
2ª	16 de junho de 2015	11,1100%
3ª	16 de dezembro de 2015	11,1100%
4ª	16 de junho de 2016	11,1100%
5ª	16 de dezembro de 2016	11,1100%
6ª	16 de junho de 2017	11,1100%
7ª	16 de dezembro de 2017	11,1100%
8ª	16 de junho de 2018	11,1100%
9ª	16 de dezembro de 2018	11,1200%
Total		100,0000%

#### 4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriitor Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

16 DEZ 13 911565

REDAÇÃO E PUBLICAÇÃO  
NOTARIADO CAPITAL-RJ

#### 4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Caso uma determinada Data de Vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os valores em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, e juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas razoavelmente incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").

#### 4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora no jornal indicado na Cláusula 4.11.1 abaixo, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

#### 4.9. Prazo de Colocação, Forma e Preço de Integralização

4.9.1. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA em até 2 (dois) Dias Úteis contados do início da distribuição das Debêntures. Caso as Debêntures não sejam totalmente colocadas ao longo deste prazo, o Coordenador Líder deverá exercer a garantia firme de colocação sobre o saldo das Debêntures que não foram efetivamente distribuídas.

4.9.2. As Debêntures serão integralizadas, no mercado primário, à vista, em uma única data, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição"), de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

#### 4.10. Repactuação

4.10.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

  
  
  
15

16 DEZ 13 911565

REG. DE DEBENTURAS  
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

#### 4.11. Publicidade

4.11.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no jornal "O Dia", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet (www.revita.com.br), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

#### 4.12. Liquidez e Estabilização

4.12.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

#### 4.13. Imunidade de Debenturistas

4.13.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

#### 4.14. Direito ao Recebimento dos Pagamentos

4.14.1. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

#### 4.15. Classificação de Risco

4.15.1. Não foi nem será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta Restrita para atribuir *rating* às Debêntures.



16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE DOCUMENTAÇÃO  
PROJETO DE LEI CAPITAL-RJ

**CLÁUSULA V**  
**AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E**  
**AMORTIZAÇÃO FACULTATIVA PARCIAL**

**5.1. Aquisição Facultativa**

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

**5.2. Resgate Antecipado Facultativo**

5.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total").

5.2.2. O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.11 desta Escritura ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total"), com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total").

5.2.2.1. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido: (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização (ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (b) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual, de acordo com a tabela abaixo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total"):

<b>Data do Resgate Antecipado Facultativo Total (mês contado a partir da Data de Emissão)</b>	<b>Taxa do Prêmio de Resgate</b>
Entre a Data de Emissão (inclusive) e o 24º mês (inclusive)	0,50%
Entre o 25º mês (inclusive) e o 36º mês (inclusive)	0,40%
Entre o 37º mês (inclusive) até a Data de Vencimento	0,30%

17  
SOLVI  
JURÍDICO

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES  
CETIP 2013

5.2.2.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

5.2.2.3. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

5.2.4. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

5.2.4.1. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora sobre o Resgate Antecipado Facultativo Total com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis para a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total por meio de envio de correspondência contendo o “de acordo” do Agente Fiduciário.

5.2.5. A data para realização de qualquer Resgate Antecipado Facultativo Total deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

### 5.3. Amortização Facultativa Parcial

5.3.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar a amortização facultativa parcial, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação (“Amortização Facultativa Parcial”).

5.3.2. A Amortização Facultativa Parcial somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.11 desta Escritura (“Comunicação de Amortização Facultativa Parcial”), com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização da efetiva Amortização Facultativa Parcial (“Data da Amortização Facultativa Parcial”).

5.3.2.1. Por ocasião da Amortização Facultativa Parcial, os Debenturistas farão jus ao pagamento da parcela do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) a ser amortizada, acrescida: (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização (ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data da Amortização Facultativa Parcial; e (b) de prêmio de amortização, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual, de acordo com a tabela abaixo, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, a ser amortizada (“Valor da Amortização Facultativa Parcial”):

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
18  
SOLVI  
JURÍDICO

16 DEZ 13 911565

REGULAMENTO DE DEBÊNTURES  
PROJ. JANEIRO CAPITAL-RJ

Data da Amortização Facultativa Parcial (mês contado a partir da Data de Emissão)	Taxa do Prêmio de Amortização
Entre a Data de Emissão (inclusive) e o 24º mês (inclusive)	0,50%
Entre o 25º mês (inclusive) e o 36º mês (inclusive)	0,40%
Entre o 37º mês (inclusive) até a Data de Vencimento	0,30%

5.3.2.2. Na Comunicação de Amortização Facultativa Parcial deverá constar: (a) a Data da Amortização Facultativa Parcial; (b) o Valor da Amortização Facultativa Parcial, limitado a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Facultativa Parcial.

5.3.2.3. Cada Amortização Facultativa Parcial deverá ser de, no mínimo, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e a Emissora somente poderá realizar Amortizações Facultativas Parciais com intervalos de, no mínimo, 3 (três) meses da Amortização Facultativa Parcial anterior.

5.3.4. Caso ocorra a Amortização Facultativa Parcial de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, a respectiva Amortização Facultativa Parcial também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

5.3.4.1. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora sobre a Amortização Facultativa Parcial com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis para a Data da Amortização Facultativa Parcial por meio de envio de correspondência contendo o “de acordo” do Agente Fiduciário.

5.3.5. A data para realização de qualquer Amortização Facultativa Parcial deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

## CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

### 6.1. Vencimento Antecipado Automático

6.1.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipada e automaticamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma das hipóteses, um “Evento de Inadimplemento Automático”):

- (a) inadimplemento, pela Emissora e pela Garantidora, no prazo e na forma previstos nesta Escritura, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- (b) (i) decretação de falência da Emissora e/ou da Garantidora; (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou pela Garantidora; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou da Garantidora formulado por terceiros e não elidido no prazo legal; ou (iv)

16 DEZ 13 917565

RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou da Garantidora, independentemente do deferimento do respectivo pedido;

- (c) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Garantidora, exceto se (i) previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, ou (ii) decorrente de Evento de Reorganização (conforme abaixo definido);
- (d) cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora e/ou da Garantidora, exceto se (i) previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim; ou (ii) envolvendo sociedades controladas, direta ou indiretamente, ainda que de forma compartilhada, pela Emissora e/ou pela Garantidora ("Evento de Reorganização");
- (e) redução de capital social da Emissora, após a data de liquidação da Emissão, com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) ocorrência ou existência de um inadimplemento, evento de inadimplemento, ou outra condição ou evento semelhante (de qualquer forma descritos), em obrigações pecuniárias (ressalvados eventuais prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos) previstas em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou a Garantidora sejam partes, relativamente a qualquer Endividamento (conforme abaixo definido) cujo valor individual ou agregado seja superior a: (x) R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora; ou (y) R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Garantidora; devendo, em qualquer caso, tais valores ser reajustados a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") ou outro índice oficial que venha a substituí-lo;
- (g) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, salvo no caso de sucessão das obrigações aqui assumidas pela Emissora em decorrência de um Evento de Reorganização;

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]* 20 *[Handwritten signature]*  
SOLVI  
JURIDICO

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
PÚBLICA - ANEXO CAPITAL-RJ

- (i) ocorrência de alterações no controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Emissora ou da Garantidora, excetuando-se: (i) os casos em que a transferência de controle ocorrer entre empresas do mesmo grupo econômico dos atuais acionistas diretos e/ou indiretos da Emissora e/ou da Garantidora, conforme aplicável; ou (ii) houver o prévio consentimento de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especificamente convocada para este fim; e/ou
- (j) criação, sem a anuência prévia de Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, de penhor, caução, alienação ou cessão fiduciária, usufruto, garantia flutuante ou qualquer outro ônus, gravame, vinculação, oneração ou direito de garantia equivalente ("Ônus"), sobre quaisquer ativos (inclusive recebíveis) da Emissora, exceto nas hipóteses em que: (i) os Ônus sejam constituídos sobre ativos que representem, conjunta ou separadamente, no máximo 30% (trinta por cento) do valor total dos ativos (inclusive recebíveis) da Emissora, valor este calculado pelo Agente Fiduciário com base nas Demonstrações Financeiras Ajustadas da Emissora mais recentes no momento do cálculo; ou (ii) os Ônus sejam constituídos sobre ativos financiados através de modalidades de crédito concedidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, incluindo, sem limitação operações de Finame;

6.1.2. Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.2 a 6.7 abaixo, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.3 abaixo, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma das hipóteses, um "Evento de Inadimplemento Não Automático" e, em conjunto com os "Eventos de Inadimplemento Automático", os "Eventos de Inadimplemento"):

- (a) inadimplemento, pela Emissora ou pela Garantidora, no prazo e na forma previstos nesta Escritura, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nesta Escritura, não sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (b) protestos legítimos de títulos contra a Emissora e/ou a Garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a: (i) R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora; ou (ii) R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Garantidora; devendo, em qualquer caso, tais valores ser reajustados a cada período de 12 (doze) meses, contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros e tenha sido obtida decisão judicial para a anulação ou sustação de seus efeitos; (ii) o protesto foi cancelado; (iii) o valor do(s)

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*  
*Handwritten signature*  
21  
SOLVI  
JURÍDICO  
*Handwritten signature*

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE DOCUMENTOS  
PROTESTO

título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou (iv) o montante protestado foi devidamente quitado pela Emissora;

- (c) caso a Emissora ou a Garantidora seja inscrita em qualquer cadastro dos órgãos de proteção ao crédito, inclusive, mas não se limitando, ao SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, em montantes, individual ou conjuntamente considerados, superiores a:  
(i) R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora; ou (ii) R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Garantidora; devendo, em qualquer caso, tais valores ser reajustados a cada período de 12 (doze) meses com base no IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, exceto se a referida inscrição for cancelada no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados do conhecimento ou do recebimento de notificação pela Emissora ou pela respectiva Garantidora, conforme o caso;
- (d) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de quaisquer autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças da Emissora, inclusive as ambientais, exigidas pelos órgãos competentes e cuja não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão possa causar um Efeito Adverso Relevante para a Emissora, exceto se: (i) dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprovar a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade de suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização, ou (ii) for comprovada a existência de processo legal para a obtenção ou renovação de tais autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças e desde que a falta de quaisquer autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças aqui descritos não afete o regular exercício das atividades comerciais da Emissora;
- (e) mudança ou alteração no objeto social da Emissora e/ou da Garantidora que modifique a atividade principal por ela praticada de forma relevante na Data de Emissão, ou que agregue a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou que possam representar desvios significativos e relevantes em relação às atividades atualmente desenvolvidas, exceto se houver o prévio consentimento de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especificamente convocada para este fim;
- (f) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, confiscar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, (i) no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos ativos, das propriedades ou das ações do capital social da Emissora, ou (ii) ativos, propriedades ou ações do capital social da Garantidora em volume que provoque um Efeito Adverso Relevante na Garantidora, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do referido ato, a Emissora e/ou a Garantidora, conforme o caso, comprovar a existência de provimento jurisdicional suspendendo os efeitos do mesmo, e desde que os efeitos de referido ato governamental não afetem o regular exercício das atividades comerciais da Emissora e/ou da Garantidora;

AN

22  
SOLVI  
JURIDICO  
F

16 DEZ 13 911555

REGISTRO DE EMISSÃO  
R-011 JAMBO CAPITAL-RJ

- (g) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.7 desta Escritura;
- (h) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação estabelecida no Contrato de Colocação e não sanado no respectivo prazo de cura;
- (i) inobservância da Legislação Socioambiental (conforme abaixo definido), em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como, se a Emissora e/ou a Garantidora incentivar, de qualquer forma, a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo;
- (j) caso se provem falsas ou revelem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Garantidora nesta Escritura e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão e qualquer dessas eventuais declarações falsas, incorretas ou enganosas venha a causar um Efeito Adverso Relevante para a Emissora e/ou Garantidora, conforme aplicável;
- (k) proferimento, contra a Emissora e/ou a Garantidora, de qualquer decisão administrativa final ou decisão arbitral final (desde que, em ambos os casos, a referida decisão não seja contestada judicialmente) ou sentença judicial de natureza condenatória transitada em julgado, para a qual não tenha sido feita provisão para pagamento até a Data de Emissão (ou, mesmo que tenha sido feito tal provisionamento, o respectivo valor não tenha sido pago), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a: (i) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora; ou (ii) R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Garantidora; devendo, em qualquer caso, tais valores ser reajustados a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, exceto se a Emissora ou a Garantidora, conforme o caso, cumprir tal decisão ou sentença no prazo estipulado;
- (l) se as obrigações de pagar da Emissora com relação às Debêntures deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirográficas da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (m) alienação de ativos da Emissora com valor, individual ou agregado, igual superior a 50% (cinquenta por cento) do valor total dos ativos (inclusive recebíveis) da Emissora, exceto (i) com o consentimento prévio de Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (ii) se tal alienação se der entre a Emissora, a Garantidora e/ou sociedades controladas, direta ou indiretamente, ainda que de forma compartilhada, pela Emissora e/ou pela Garantidora;

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE INSTRUMENTOS FIDUCIÁRIOS  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- (n) resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Garantidora a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura (ressalvados eventuais prazos de cura), com a exceção do pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades por Ações e o juros sobre capital próprio imputados aos dividendos;
- (o) ocorrência ou existência de um inadimplemento, evento de inadimplemento, ou outra condição ou evento semelhante (de qualquer forma descritos), em obrigações não pecuniárias (ressalvados eventuais prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos) previstos em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou a Garantidora sejam partes, relativamente a qualquer Endividamento cujo valor individual ou agregado seja superior a: (x) R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora; ou (y) R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Garantidora; devendo, em qualquer caso, tais valores ser reajustados a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo;
- (p) não manutenção, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 6.1.2.1 abaixo, dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem apurados pela Emissora e acompanhado semestralmente pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das Demonstrações Financeiras Ajustadas (conforme abaixo definido) da Emissora ("Índices Financeiros"):
- (i) Alavancagem Líquida Consolidada: o quociente do (A) saldo total de empréstimos e financiamentos tomados com instituições financeiras ou decorrentes de emissões de títulos de dívidas no mercado local ou internacional, subtraído da posição de caixa, de bancos e de equivalentes de caixa ("Endividamento"), pelo (B) resultado operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização (EBITDA), relativo aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data da apuração, deverá ser, a cada verificação, igual ou inferior a: (x) 4,00 vezes, nas apurações realizadas com relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2014; (y) 3,50 vezes, nas apurações realizadas com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; e (z) 3,25 vezes, nas apurações realizadas com relação aos exercícios sociais encerrados a partir 31 de dezembro de 2016 (inclusive).
- (ii) Cobertura de Juros: o quociente do (A) resultado operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização (EBITDA), relativo aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data da apuração, pela (B) Despesa Financeira Líquida acumulada ao longo do mesmo período, deverá ser, a cada verificação, igual ou superior a 1,75 vezes. Para fins desta Escritura, considera-se "Despesa Financeira Líquida" a (x) despesa financeira bruta total, incluindo todas as comissões, descontos e outras taxas e custos devidos com relação a



16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE VENCIMENTOS  
PROJ. JANEIRO 2013 - RJ

cartas de crédito, fianças, financiamentos, empréstimos bancários e descontos de títulos, excetuando-se as perdas com variações cambiais, calculadas de acordo com as normas contábeis brasileiras, subtraída do (y) somatório de receitas de aplicações financeiras, juros recebidos, descontos obtidos e outras receitas financeiras, excetuando-se os ganhos com variações cambiais, calculadas de acordo com as normas contábeis brasileiras.

6.1.2.1. Os Índices Financeiros aqui estabelecidos estão em consonância com as normas contábeis locais aplicadas nas demonstrações financeiras da Emissora em 31 de dezembro de 2012. Caso haja qualquer alteração nestas normas, as demonstrações financeiras semestrais da Emissora, depois de auditadas, deverão ser ajustadas pela Emissora de modo que os Índices Financeiros sejam apurados com base nos critérios de consolidação contábeis brasileiros aplicáveis às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 ("Demonstrações Financeiras Ajustadas").

6.2. A ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tiver conhecimento de sua ocorrência. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento Automáticos indicados na Cláusula 6.1.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

6.4. Na ocorrência dos Eventos de Inadimplemento Não Automáticos, conforme descritos na Cláusula 6.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas, que será instalada de acordo com os procedimentos e *quorum* previsto na Cláusula 9.2 desta Escritura.

6.4.1. Na hipótese prevista na Cláusula 6.4. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, exceto se, na referida Assembleia Geral de Debenturistas: (i) seja deliberado por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, que não devem ser declaradas antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, ou (ii) em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação posterior.

6.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE TRANSFERÊNCIA DE DÍVIDA  
RUEI JANEIRO-CAPITAL-RJ

Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora nos termos da Cláusula 11.1 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

## CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

7.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras completas da Emissora relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (ii) no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do encerramento do respectivo semestre fiscal, conforme aplicável, cópia das informações semestrais da Emissora relativas aos respectivos semestres, revisadas internamente pela controladoria da Emissora ("Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora");
- (b) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras completas da Garantidora relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes ("Demonstrações Financeiras Consolidadas da Garantidora");
- (c) (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da divulgação de cada uma das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social encerrado, cópia das respectivas Demonstrações Financeiras Ajustadas; e (ii) no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do encerramento de cada semestre fiscal, cópia das Demonstrações Financeiras Ajustadas relativas aos respectivos semestres, revisadas internamente pela controladoria da Emissora;
- (d) na mesma data de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora relativas ao encerramento de cada exercício social, declaração de diretor estatutário da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura e a não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado;
- (e) no menor prazo possível, sempre considerando-se o escopo da solicitação, informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requeira;
- (f) no menor prazo possível, mas nunca em prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis contados do seu recebimento, cópia de qualquer correspondência relevante ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura; e

*[Assinatura]*

*[Assinatura]* 26  
SOLV/  
JURÍDICO  
*[Assinatura]*

16 DEZ 13 911565

RESOLUÇÃO Nº 10.777/04-DO  
RIO DE JANEIRO - CACIAI - RJ

- (g) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data a que se refere a alínea (c) acima, as rubricas necessárias à verificação dos Índices Financeiros de que trata a alínea (p) da Cláusula 6.1.2, devidamente calculados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário do respectivos Índices Financeiros, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

7.1.1.1. A Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários relacionados à Emissão e necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 20 (vinte) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

7.1.1.2. A Emissora compromete-se a notificar 1 (um) Dia Útil os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das informações contidas nos documentos mencionados na Cláusula 7.1.1 acima se tornem total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

7.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação e regulamentação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476.

7.1.3 Atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:

- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;

*AW*

*[Handwritten signature]*  
27  
SOLU  
JURIDICO  
*[Handwritten signature]*

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE DEBÊNTURES  
PROT. DEBÊNTURES-CAITAL-RJ

- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder da Oferta Restrita e ao Agente Fiduciário; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.

7.1.4. Enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nas alíneas (c) e (f) da Cláusula 7.1.3 acima e (ii) documentos e informações exigidos pela CETIP no prazo por ela estipulado.

7.1.5. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

7.1.6. Convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer matéria que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário, devendo convocá-la nos termos da presente Escritura, não o faça.

7.1.7. Cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas.

7.1.8. Manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

7.1.9. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

7.1.10. Manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios, excetuado o desgaste normal, bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos aos mesmos, mantendo as práticas usualmente adotadas pela Emissora.

7.1.11. Notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das suas atividades, gerando um Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido).

7.1.12. Efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP.

7.1.13. Arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

7.1.14. Efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de sua responsabilidade.

7.1.15. Contratar e manter contratados, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário, bem como a tomar todas e quaisquer providências que se façam necessárias para a manutenção das Debêntures.

28

SOLVI  
JURIDICO

16 DEZ 13 911565

RECEBIMOS VIA REGISTRO  
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

7.1.16. Apresentar ao público, nos prazos exigidos pelas leis e regulamentação em vigor, as decisões tomadas com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM.

7.1.17. Até o encerramento da Oferta Restrita, comunicar aos Debenturistas e autoridades competentes a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Debenturistas.

7.1.18. Respeitar a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, e não incentivar a prostituição nem tampouco utilizar ou incentivar mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo, ou de qualquer forma infringir direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente ("Legislação Socioambiental").

7.1.19. Cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, bem como adotar medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão.

7.1.20. Observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento estiver suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável.

7.2. Para fins desta Escritura, "Efeito Adverso Relevante" significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora e/ou a Garantidora, que modifique adversamente e de forma relevante a condição econômica, financeira, operacional, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora e/ou da Garantidora, de modo a afetar a capacidade da Emissora e/ou a Garantidora de cumprir com suas obrigações decorrentes da Emissão.

## CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

### 8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário dos Debenturistas, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

29

SOLVI  
JURIDICA

16 DEZ 13 911565

REGISTRAR DE CARTÓRIAS  
MADRID, 16 DEZ 13 911565

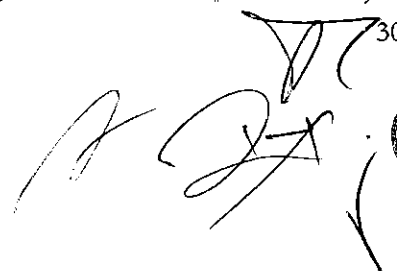
## 8.2. Declaração

8.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Companhia de Projetos Ambientais S.A. ("1ª Emissão da CPA"), com vencimento em 06 de junho de 2020, em que foram emitidas 500 (quinhentas) debêntures, sendo 300 (trezentas) debêntures da 1ª série e 200 (duzentas) debêntures da 2ª série, no valor de R\$500.000.000,00



30



SOLVI  
JURIDICO

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES  
FACILITADO

(quinhentos milhões de reais), na data de emissão. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. As debêntures da 1ª Emissão da CPA são garantidas por garantia fidejussória da Garantidora, da Koleta Ambiental Ltda. e da GRI Gerenciamento de Resíduos Industriais Ltda., bem como de alienação fiduciária de 50% (cinquenta por cento) das ações de emissão da Essencis, de titularidade da Garantidora, e de cessão fiduciária de conta vinculada dos direitos creditórios principais e acessórios de titularidade da Companhia de Projetos Ambientais S.A., conforme previsto na escritura de emissão; e (ii) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Manaus Ambiental S.A. ("1ª Emissão da Manaus"), com vencimento em 8 de novembro de 2018, em que foram emitidas 50 (cinquenta) debêntures no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na data de emissão. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. As debêntures da 2ª Emissão da Manaus são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Garantidora e pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., conforme previsto na escritura de emissão.

- (m) que a verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações e informações prestadas pela Emissora se deu por meio das informações fornecidas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas, ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures, declaram-se cientes e de acordo.

8.2.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 8.3 abaixo.

### 8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.6 abaixo.

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE DOCUMENTOS  
PROJ. 141.810-047 TAL-EJ

8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes à celebração desta Escritura, deverá comunicar imediatamente tais circunstâncias aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário está sujeita (a) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM 28; e (b) a eventuais normas posteriores.

8.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, que deverá ser arquivada na Junta Comercial e registrada nos competentes Cartórios de RTD.

8.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data de assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito emanados da CVM.

#### 8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens e negócios;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

32

32

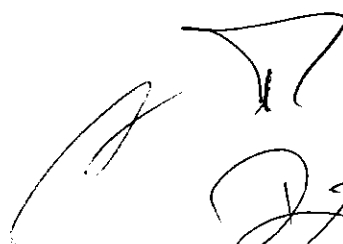
SOLV  
JURIDICO  
7




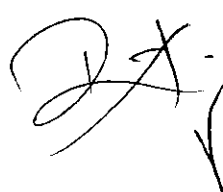
16 DEZ 13 911565

RECEBIMTO DE FORMALIZAÇÃO  
DEBENTURAS-CAPITAL-RJ

- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e as respectivas averbações de seus aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo de caracterizar o descumprimento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de justificativa que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9.1.2 abaixo;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - m.1) eventual omissão, incorreção ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - m.2) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;



33 SOLVI  
JURÍDICO



16 DEZ 13 911565

REGISTRADO EM CROQUI/ADD  
PRAZOS DE PAGAMENTO CAPITAL-RE

- m.5) resgate, amortização, e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Emissora;
  - m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - m.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
  - m.9) pagamentos de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - m.10) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração; e
  - m.11) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea "m" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- n.1) na sede da Emissora;
  - n.2) na sede do Agente Fiduciário;
  - n.3) na CVM;
  - n.4) na CETIP; e
  - n.5) no endereço da instituição financeira que atuou como Coordenador Líder na colocação das Debêntures.
- (o) publicar, nos termos do da Cláusula 4.11 acima e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (m) acima se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE DOCUMENTOS  
CETIP - MERCADO  
DE BOLSAS DE VALORES - CAPITAL - RJ

expressamente autoriza, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, por meio de documentos e informações fornecidas pela Emissora;
- (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no menor prazo possível, mas nunca superior a 3 (três) Dias Úteis contados da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;
- (s) acompanhar a ocorrência dos Eventos de Inadimplemento e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento; e
- (t) disponibilizar o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

## 8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado nos prazos previstos na Cláusula VI acima, conforme aplicáveis:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, em qualquer procedimento de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. Observado o disposto na Cláusula 6.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 8.5.1 acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação de Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 8.5.1 acima.

SOLV  
JURIDICO

16 DEZ 13 911565

REGISTRAR E MONTAR EMADO  
FIDUCIÁRIO - CAPITAL - RJ

#### 8.6. Remuneração do Agente Fiduciário

8.6.1. Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, o correspondente a uma remuneração anual de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 10º (décimo) Dia Útil após a assinatura desta Escritura, e os demais pagamentos nas mesmas datas dos anos subsequentes, até a Data de Vencimento, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas, observado que a Emissora deverá receber a documentação de suporte para o pagamento com antecedência mínima de 10 dias para a data de realização do referido pagamento.

8.6.2. As parcelas citadas na Cláusula 8.6.1 acima serão reajustadas anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário.

8.6.3. A remuneração citada na Cláusula 8.6.1 acima será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.6.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro-rata die*.

8.6.5. A remuneração será devida mesmo após a Data de Vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, e não inclui o pagamento de honorários a terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

8.6.6. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características e/ou garantias da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários acima dispostos.

8.6.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações,

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
FOTOCOPIADO

estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.6.8. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.6.9. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

## 8.7. Despesas

8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora. Tais despesas serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário.

8.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.7.3. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação.

8.7.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário vier a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais relativas a ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.7.5. As despesas a que se refere esta Cláusula 8.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

37



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signatures and initials]*

16 DEZ 13 911565

RESOLUÇÃO EM SISTEMADO  
PROL JURENO-CAMALU-RJ

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) ligações telefônicas;
- (d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.7.6. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas previstas nas cláusulas 8.7.3 e 8.7.4 acima reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

## CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Às assembleias gerais de Debenturistas ("Assembleias Gerais" ou, individualmente, "Assembleia Geral") aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

### 9.1. Convocação

9.1.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

9.1.2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos jornais indicados na Cláusula 4.11 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.3. Ressalvado o disposto na Cláusula 9.1.3.1 abaixo, as Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data da publicação do novo edital de convocação.

9.1.3.1. Apenas na hipótese de a Assembleia Geral de Debenturistas ser convocada para deliberar acerca da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos das Cláusulas 6.4 e 6.4.1 acima, a Assembleia Geral de Debenturistas deve ser convocada no menor prazo possível, mas



16 DEZ 13 9 11 56 S

REGISTRAR EM ORDENADO  
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

nunca superior a 2 (dois) Dias Úteis contados da ciência pelo Agente Fiduciário da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, observado o disposto nas Cláusulas 9.1.2 e 9.1.3 acima.

9.1.4. Independente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, em especial o disposto na Cláusula 9.1.3 acima, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, conforme o caso.

9.1.5. As deliberações tomadas pelas Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

## 9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quora* de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de sociedades coligadas à Emissora, de controladoras (ou sociedades integrantes de grupo de controle) da Emissora ou de administradores da Emissora ou de controladoras (ou de sociedades integrantes de grupo de controle) da Emissora, além de pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau.

## 9.3. Mesa Diretora

9.3.1. A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes do Agente Fiduciário, ou aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.

## 9.4. Quorum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 9.4.2 abaixo, qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura, ou qualquer perdão temporário ou renúncia (*waiver*), deverá ser aprovado por Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.2. Salvo disposto de outra forma nesta Escritura, as alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, que impliquem em alteração: (i) da Remuneração das Debêntures, (ii) das Datas de Pagamento da Remuneração, (iii) da Data de Vencimento, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) dos Eventos de Inadimplemento, (vi) da Garantia Fidejussória, e/ou (vii) dos *quora* de deliberação e dos termos e condições previstos nesta Cláusula Nona dependerão da aprovação, seja em primeira

16 DEZ 13 911555

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
DO OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures da respectiva série em Circulação

9.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo certo que os Debenturistas poderão discutir e deliberar sem a presença destes, caso desejarem.

9.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

### CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

10.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e o Contrato de Colocação e a cumprir com todas as obrigações nestes previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (d) a celebração desta Escritura e do Contrato de Colocação e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou de quaisquer de suas controladas sejam parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (f) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais,

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
40  
SOLVI  
JURÍDICO  
*[Assinatura]*



16 DEZ 13 911565

REGISTRAR DE DOCUMENTOS  
PROZ - JURECO-CAPITAL-RJ

autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou de suas controladas, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e/ou por aqueles constantes das suas demonstrações financeiras;

- (i) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Emissora, que possa vir a afetar de forma material a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura, exceto por aqueles questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e/ou por aquelas constantes das suas demonstrações financeiras;
- (j) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Emissão;
- (k) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (l) cada uma de suas controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;
- (m) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (i) pelo registro das Debêntures junto ao MDA e ao Cetip21, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação, (ii) pelo arquivamento, na Junta Comercial, e pela publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, das atas dos atos societários da Emissora que aprovaram a Emissão e a Oferta Restrita; e (iii) pela inscrição desta Escritura e de seus aditamentos perante a Junta Comercial e os competentes Cartórios de RTD;
- (n) seus balanços patrimoniais auditados e datados de 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012, bem como aqueles revisados referentes ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2013, em conjunto com as correspondentes demonstrações de resultado apresentam de maneira adequada sua situação financeira nas aludidas datas e os resultados operacionais referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum Efeito Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios e não houve qualquer aumento substancial do seu endividamento;

SOLU  
JURIDICO  
#

16 DEZ 13 911565

REGISTRADO E VOTO EMENDADO  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- (o) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, exceto com relação às autorizações e licenças para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as mesmas ou nos casos em que tais autorizações e licenças estejam em processo legal de obtenção (desde que a Emissora esteja de posse do respectivo pedido de autorização ou licença) ou de renovação;
- (p) preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora, deveriam ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, por suas controladas, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativos aos seus negócios, resultados e lucros, foram integralmente pagos quando devidos, exceto com relação aos tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existam reservas ou outras provisões apropriadas (excetuados os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não afete adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas nesta Escritura);
- (q) a Emissora e suas controladas possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (r) mantém os seus bens adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado;
- (s) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora; e
- (t) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, inclusive acerca da forma de cálculo da Remuneração das Debêntures, a qual foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

  
42  
  
7

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE INSTRUMENTOS  
RUI DE JAVIER OLIVEIRA - RJ

10.2. A Garantidora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, a prestar a Garantia Fidejussória e a cumprir com todas as obrigações nesta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer de seus ativo ou bem, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigações legalmente válidas e vinculantes, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (f) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e/ou por aqueles constantes de suas demonstrações financeiras;
- (g) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de seu conhecimento, que possa vir a afetar de forma material sua capacidade de cumprir as obrigações previstas nesta Escritura, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e/ou por aquelas constantes de suas demonstrações financeiras;
- (h) cada uma de suas controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;
- (i) seus balanços patrimoniais auditados e datados de 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012, bem como aqueles revisados referentes

16 DEZ 13 911565

REGISTRACAO E VENCIMENTO  
RIO DE JANEIRO - RJ

ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013, em conjunto com as correspondentes demonstrações de resultado apresentam de maneira adequada sua situação financeira nas aludidas datas e os resultados operacionais referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum Efeito Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Garantidora fora do curso normal de seus negócios e não houve qualquer aumento substancial do seu endividamento;

- (j) possui todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Garantidora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, exceto com relação às autorizações e licenças para as quais a Garantidora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas autorizações e licenças ou nos casos em que as mesmas estejam em processo legal de obtenção (desde que a Garantidora esteja de posse do respectivo pedido de autorização ou licença) ou de renovação;
- (k) preparou ou entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com seu conhecimento, devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Garantidora ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existam reservas ou outras provisões apropriadas (excetuados os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não afete adversamente a capacidade de cumprimento, pela Garantidora, de suas obrigações previstas nesta Escritura);
- (l) possui justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente sua capacidade de cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura; e
- (m) mantém os seus bens adequadamente segurados, conforme as práticas correntes de mercado.

2

Al

Handwritten signatures and initials.

44

SOLVI  
JURIDICO

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE DOCUMENTOS  
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

**CLÁUSULA XI  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1. Comunicações**

11.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**REVITA ENGENHARIA S.A.**

Rua Clodomiro Amazonas, nº 249, 2º andar

04.537-010 – São Paulo, SP

At.: Mauro Martin Costa

Tel: (11) 3491-5133

Fax: (11) 3491-5133

E-mail: [maurocosta@vega.com.br](mailto:maurocosta@vega.com.br)

**Para o Agente Fiduciário:**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04 – Barra da Tijuca

22640-102 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro e Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br)

**Para a Garantidora:**

**SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.**

Rua Bela Cintra, nº 967, 10º andar, conjuntos 101 e 102

01.415-000 – São Paulo, SP

At.: Celso Pedroso

Tel: (11) 3124-3508

Fax: (11) 3124-3625

E-mail: [cpedroso@solvi.com](mailto:cpedroso@solvi.com)

**Para o Banco Liquidante:**

**Itaú Unibanco S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Olavo Setubal

04344-902 – São Paulo, SP

At.: Sr. Douglas Callegari

Tel: (11) 2797-4431

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: [douglas.callegari@itau-unibanco.com.br](mailto:douglas.callegari@itau-unibanco.com.br)

  
45  
SOLVI  
AM  
JURIDICO  
#

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE DOCUMENTOS  
PROFICIO

**Para o Escriturador Mandatário:**

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar  
04538-152 – São Paulo, SP  
At.: Sr. Douglas Callegari  
Tel.: (11) 2797-4431  
Fax: (11) 2797-3140  
E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

**Para a CETIP:**

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 - 4º andar  
01452-001, São Paulo, SP  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fac-símile: (11) 3111-1564  
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Quando aplicável, os originais dos documentos enviados por fac-símile ou correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação quanto à alteração de endereço serão arcados pela Parte inadimplente, exceto se de outra forma previsto nesta Escritura.

**11.2. Renúncia**

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba à Emissora, ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**11.3. Custos de Registro**

11.3.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.4. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.

  
46

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE DOCUMENTOS  
PROCELAPEL CAPITALERO

11.4.1. Caso ocorra um Evento de Reorganização envolvendo a Emissora, a Emissora e a Garantidora desde já garantem ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, que as obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da presente Escritura serão assumidas pela sociedade que a suceder.

11.5. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.6. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

11.7. Os prazos estabelecidos nesta Escritura serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento.

11.8. Qualquer alteração a esta Escritura somente será considerada válida se formalizada por meio de aditamento assinado por todas as Partes.

#### 11.9. Lei Aplicável

11.9.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

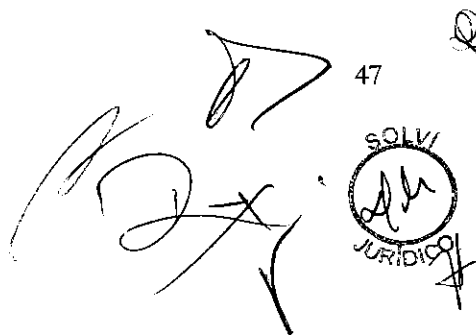
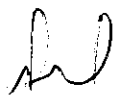
#### 11.10. Foro

11.10.1. As Partes elegem o foro da Comarca da capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Escritura.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam esta Escritura em 7 (sete) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 05 de dezembro de 2013.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO.]



47

SOLVI

JURIDICO

REGISTRO DE DOCUMENTOS  
5º OFÍCIO

16 DEZ 13 911565

REGISTRADO E HOMOLOGADO  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

*(Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Revita Engenharia S.A.)*

**REVITA ENGENHARIA S.A.**

Nome: Carlos Alberto A. de A. Diniz  
Cargo: Diretor Presidente

Nome: Maurício Martins Leste  
Cargo: Diretor Administrativo Financeiro





CONTROLE DE DOCUMENTOS  
FISCAL

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE DOCUMENTO  
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

*(Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Revita Engenharia S.A.)*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Resane Bastos

Nome: Resane da Silva Bastos

Cargo: Procuradora

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*  
SOLV  
JURÍDICO  
*Handwritten mark*

16 DEZ 13 911565

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

(Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Revita Engenharia S.A.)

**SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A.**

Nome: Carlos Heald V. da  
Cargo: Diretor Presidente

Nome: Celso Pedrosa  
Cargo: Diretor Financeiro.

Testemunhas:

Nome: Ricardo Nogueira Leite  
RG: 19.645.437-2  
CPF: 452.485-878-60

Nome: Alexsandro Silva  
RG: 305906330  
CPF: 317.270.300-10



5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Av. Rio Branco, 109 Gr. 202 - Rio de Janeiro - Tel. 2507-5197  
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de  
Protocolo e data declarados à margem. O QUE CERTIFICO.

☐ Durval Hale  
Oficial Titular  
Ato Exec. 1955/98 TJ  
☐ Aurora I. Hale  
1º Escrevente Substituto  
CTPS 40371 Série 121

☐ Paulo André M. da Costa  
2º Escrevente Substituto  
CTPS 8201 Série 052  
☒ Fabiano Alves Barbosa  
3º Escrevente Substituto  
CTPS 013782 Série 91

SOLVI  
JURÍDICO